



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPECAETÁ - BA

QUINTA- FEIRA – 11 DE JANEIRO DE 2024 - ANO VI – EDIÇÃO Nº 08

Edição eletrônica disponível no site www.pmipecaeta.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPECAETÁ PÚBLICA:

- **LEI Nº 474/2024:** DISCIPLINA OS PROCEDIMENTOS DE BAIXA DE BENS MÓVEIS PERMANENTES PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

**IMPrensa OFICIAL
UMA GESTÃO LEGAL
E TRANSPARENTE**

- Gestor(a): Elcydes Piaggio de Oliveira Júnior
- Rua Vivaldo Reis, 02, Ipecaetá – Ba
- Tel: 75 3685-2113



Edição eletrônica disponível no site www.pmipecaeta.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

LEI Nº 474, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

“Disciplina os procedimentos de baixa de bens móveis permanentes Poder Legislativo Municipal e das outras providências.”

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IPECAETÁ, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas obrigações legais, faz saber que a Câmara Municipal de Ipecaetá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os bens móveis patrimoniais do Poder Legislativo Municipal serão descartados e procedida a baixa patrimonial na forma do disposto nesta Lei.

Art. 2º - Para fins desta Lei considera-se:

1- Patrimônio: conjunto de bens, direitos e obrigações suscetíveis de apreciação econômica, obtida por meio de compra, doação, permuta ou por outra forma de aquisição, devidamente identificada e registrada;

I - Bens móveis: aqueles que, pelas suas características e natureza, podem ser transportados sem perda de forma e valor, sendo classificados como materiais permanentes;

III - Bens inservíveis: todo material que esteja em desuso, obsoleto ou irrecuperável para o serviço público municipal;

VI - Alienação: procedimento de transferência da posse e propriedade de bens móveis patrimoniais;

V - Baixa de bens: procedimento de exclusão de bem do acervo patrimonial do Poder Legislativo Municipal;

VI - Descarte de bens: inutilização de bens móveis patrimoniais.

CAPÍTULO II

DAS MODALIDADES DE BAIXA DE BENS



Edição eletrônica disponível no site www.pmipecaeta.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

Art. 3º - Abaixa dos bens móveis permanentes consiste na inativação do respectivo registro patrimonial e na sua exclusão do ativo circulante e permanente.

Art. 4º - A baixa de bens móveis permanentes far-se-á quando resultante de perda (roubo, furto, desaparecimento, acidente ou extravio), ou por meio de descarte, doação, leilão ou permuta.

§ 1º A baixa em caso de roubo, furto, desaparecimento, acidente ou extravio, será comprovada com documentos que constituirão o respectivo processo de baixa.

§ 2º O descarte de bens móveis permanentes dar-se-á nos seguintes casos:

I - Bens baixados do registro dos bens permanentes na condição de perdas por avarias decorrentes de ataque de praga, manuseio, condição de armazenamento ou ação da natureza e data de validade vencida;

II - Bens móveis permanentes inservíveis considerados ociosos, antieconômicos e irre recuperáveis, segundo os seguintes critérios:

a) ocioso é o bem que, embora em condições de uso, não estiver sendo ocupado em razão da perda de sua utilidade, demonstrando-se defasado ou ultrapassado em relação à necessidade da instituição;

b) antieconômico, quando sua manutenção for excessivamente onerosa, ultrapassando 50% de seu valor atualizado a preço de mercado;

c) irre recuperável é o bem para o qual não exista no mercado peça de reposição para conserto e que, conseqüentemente, perdeu as características para a sua utilização.

Art. 5º - Será procedida a doação do bem ocioso, antieconômico e irre recuperável para outro órgão da administração pública, para entidades culturais e associações filantrópicas, assim definidas em lei, que demonstrem interesse, a critério do Poder Legislativo Municipal, quando presentes as razões do elevado interesse social.

Art. 6º - A venda de bens inservíveis será feita pela modalidade de leilão.

Art. 7º - Havendo interesse mútuo, a permuta será permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública.



Edição eletrônica disponível no site www.pmipeceta.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

Art. 8º - Poderá ocorrer a inutilização, por meios próprios, consistente na destruição total ou parcial dos bens inservíveis que ofereçam risco de dano ecológico, ameaça à integridade das pessoas ou que se demonstrem inconvenientes para o Poder Legislativo Municipal.

Art. 9º - Nos casos de inutilização ou descarte serão retirados dos bens inservíveis as partes economicamente aproveitáveis, porventura existentes, bem como as plaquetas de patrimônio ou qualquer outro tipo de identificação que relacione o objeto ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único - A inutilização e o descarte deverão ser acompanhados por integrantes da Comissão de Patrimônio designadas pelo setor ou departamento de administração geral da Câmara Municipal, de forma a garantir o seu fiel cumprimento, com a devida certificação em expediente próprio.

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO PERMANENTE E DO PROCESSO DE BAIXA DE BENS

Art. 10º - A Comissão Permanente de Baixa de Bens será composta por 03 (três) membros designados pelo Chefe do Poder Legislativo.

Art. 11º - A Comissão Permanente de Baixa de Bens terá o prazo de 60 (trinta) dias, a partir da data de notificação expedida pelo setor de Patrimônio do legislativo, prazo prorrogável por igual período, para a execução dos trabalhos, devendo providenciar análise, classificação, valoração de bens e emissão de relatório conclusivo, além dos seguintes documentos:

- I- Cópia do ato de designação da comissão permanente de baixa de bens;
- II - Termo de Vistoria e Avaliação correspondente à natureza do material, com sua descrição, modelo, número de patrimônio, valor de aquisição, valor de mercado, classificação do bem e indicação da modalidade de baixa: perda, descarte, doação, leilão ou permuta.



Edição eletrônica disponível no site www.pmipecaeta.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

§ 1º Os documentos descritos nos incisos I e I deste artigo serão autuados pelo setor ou departamento de Administração da Câmara Municipal.

§ 2º No caso de doação, a comissão deverá proceder à seleção dos respectivos bens, destinando-os a órgãos ou entidades de interesse público. A seleção desses órgãos ou entidades será realizada com base em critérios estabelecidos pela Câmara Municipal de Ipecaetá, considerando a relevância social, a necessidade e a utilidade pública dos bens a serem doados.

§ 3º Nos casos de doação, leilão e permuta de bens móveis permanentes, a comissão deverá efetuar a valoração dos bens por meio de pesquisa mercadológica.

Art. 12º - Fixada a destinação dos bens inservíveis, será procedido descarte, doação, leilão ou permuta, lavrando-se o respectivo termo.

Parágrafo Único - Do termo de leilão, doação ou permuta, constará a especificação do bem, o valor e data de sua alienação, bem como a qualificação do comprador ou alienante.

Art. 13º - O setor de Patrimônio funcionará como órgão de suporte operacional à Comissão Permanente de baixa de Bens.

Art. 14º - Compete à Comissão Permanente de Baixa de Bens Patrimoniais:

I- Efetuar o levantamento dos bens móveis patrimoniais nas unidades da Câmara Municipal, considerados inservíveis para o serviço público do legislativo municipal;

I - avaliar os bens inservíveis, classificando-os passíveis para alienação e para alienação descarte:

III - informar a disponibilidade de bens móveis patrimoniais inservíveis para o serviço público do poder Legislativo municipal, formalizando processo que deverá ser encaminhando para o setor ou departamento geral de Administração da Câmara Municipal;

IV - encaminhar ao setor ou departamento de Administração do poder legislativo, a relação dos bens móveis patrimoniais do órgão a serem alienados, após análise e parecer da Comissão;



Edição eletrônica disponível no site www.pmipecaeta.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

V - encaminhar, através de processo, a relação de bens móveis patrimoniais para ao setor ou departamento de Administração do poder legislativo, para fins de baixa patrimonial no setor de Patrimônio.

CAPÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS DE BAIXA DE BENS NAS SECRETARIAS

Art. 15º - As baixas de bens nos setores ou departamento do poder legislativo municipal deverão ser realizadas pela Comissão Permanente de Baixa de Bens geral.

Parágrafo Único - Os membros da comissão deverão ser indicados pelo Presidente da Casa.

Art. 16º - Em cada setor administrativo da Câmara Municipal, caberá aos seus encarregados solicitar os trabalhos da comissão para avaliação dos bens móveis permanentes destinados à baixa, quando julgar necessário.

§ 1º Havendo bens móveis permanentes inservíveis considerados ociosos, um servidor designado fará a identificação destes, disponibilizando-os para os demais setores ligados a respectiva casa legislativa, com prévia informação ao setor de Patrimônio.

§ 2º Não havendo manifestação de interesse em receber os bens pelas demais unidades, o servidor designado encaminhará ofício ao setor de Patrimônio indicando o rol de bens para baixa.

Art. 17º - As despesas decorrentes da execução dessa lei correrão por conta de dotação orçamentária própria e suficiente dentro do orçamento da Câmara Municipal.

Art. 18º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipecaetá, 11 de janeiro 2024.

ELCYDES PIAGGIO DE OLIVEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

www.ipecaeta.ba.gov.br